

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.728.629
Preferenciais	5.728.629
Total	11.457.258
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	3.124.147	3.070.725
1.01	Ativo Circulante	245.549	289.816
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.688	231.268
1.01.02	Aplicações Financeiras	64.997	8.658
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	64.997	8.658
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	64.997	8.658
1.01.03	Contas a Receber	28.158	29.677
1.01.03.01	Clientes	28.158	29.677
1.01.04	Estoques	28.340	5.318
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.651	4.748
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.651	4.748
1.01.07	Despesas Antecipadas	31.715	10.147
1.02	Ativo Não Circulante	2.878.598	2.780.909
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	425.399	417.817
1.02.01.04	Contas a Receber	16.146	17.049
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	16.146	17.049
1.02.01.07	Tributos Diferidos	409.244	400.759
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	409.244	400.759
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9	9
1.02.03	Imobilizado	42.468	36.241
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	42.468	36.241
1.02.04	Intangível	2.410.731	2.326.851
1.02.04.01	Intangíveis	2.410.731	2.326.851
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.325.118	2.248.802
1.02.04.01.02	Infraestrutura em andamento	85.613	78.049

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	3.124.147	3.070.725
2.01	Passivo Circulante	281.711	240.567
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.899	8.314
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.899	8.314
2.01.02	Fornecedores	80.171	46.051
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.165	5.074
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	93.924	70.078
2.01.04.02	Debêntures	93.924	70.078
2.01.05	Outras Obrigações	12.016	13.291
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	303	217
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	303	217
2.01.05.02	Outros	11.713	13.074
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	1.355	1.377
2.01.05.02.05	Outros	52	566
2.01.05.02.06	Receita acessória antecipada	7.445	8.647
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	2.861	2.484
2.01.06	Provisões	78.536	97.759
2.01.06.02	Outras Provisões	78.536	97.759
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	78.536	97.759
2.02	Passivo Não Circulante	1.372.744	1.326.320
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.219.972	1.182.748
2.02.01.02	Debêntures	1.219.972	1.182.748
2.02.02	Outras Obrigações	3.922	3.973
2.02.02.02	Outros	3.922	3.973
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	3.922	3.973
2.02.04	Provisões	114.672	103.585
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	96.603	86.072
2.02.04.02	Outras Provisões	18.069	17.513
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	18.069	17.513
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	34.178	36.014
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	34.178	36.014
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	34.178	36.014
2.03	Patrimônio Líquido	1.469.692	1.503.838
2.03.01	Capital Social Realizado	2.306.400	2.306.400
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-836.708	-802.562

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	223.717	132.290
3.01.01	Receita operacional líquida	223.717	132.290
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-183.198	-101.220
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-183.198	-101.220
3.03	Resultado Bruto	40.519	31.070
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.496	-11.223
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.021	-11.239
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	525	16
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.023	19.847
3.06	Resultado Financeiro	-56.654	-51.415
3.06.01	Receitas Financeiras	4.795	2.139
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.449	-53.554
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-42.631	-31.568
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.485	11.549
3.08.02	Diferido	8.485	11.549
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-34.146	-20.019
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-34.146	-20.019
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,004	-0,002
3.99.01.02	PN	-0,004	-0,002
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,004	0
3.99.02.02	PN	-0,004	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-34.146	-20.219
4.03	Resultado Abrangente do Período	-34.146	-20.219

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.831	64.534
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.056	83.283
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-34.146	-20.019
6.01.01.03	Depreciação e amortização	40.202	31.055
6.01.01.05	Provisão para manutenção	-18.667	8.184
6.01.01.06	Provisão para riscos	10.531	7.265
6.01.01.08	Variações monetárias, cambiais e encargos	59.133	55.825
6.01.01.09	Baixa de imobilizado	67	145
6.01.01.10	Juros sobre contrato de arrendamento	154	0
6.01.01.11	Provisão de fornecedores	10.329	12.378
6.01.01.12	Impostos diferidos	-8.485	-11.550
6.01.01.13	Custo de captação amortizado das debêntures	1.938	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.225	-18.749
6.01.02.01	Contas a receber	1.519	-922
6.01.02.02	Estoques	-23.022	-2.429
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-903	-621
6.01.02.04	Adiantamentos	-21.568	10
6.01.02.05	Depósitos judiciais	903	140
6.01.02.07	Fornecedores	23.791	-14.028
6.01.02.08	Tributos a recolher	1.091	1.069
6.01.02.09	Obrigações com empregados e administradores	2.585	-1.346
6.01.02.11	Partes relacionadas	86	-805
6.01.02.12	Outras obrigações e contas a pagar	-493	-9
6.01.02.13	Receita acessória antecipada	-3.038	119
6.01.02.14	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-154	0
6.01.02.15	Pagamento de outorga variável	-22	73
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-185.984	-43.422
6.02.01	Aplicação Financeira	-56.339	-6.178
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-8.519	-801
6.02.03	Aquisição intangível	-121.126	-36.443
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-427	-99.640
6.03.03	Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-20.225
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	-79.415
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento	-427	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-144.580	-78.528
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	231.268	375.706
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.688	297.178

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.146	0	-34.146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.146	0	-34.146
5.07	Saldos Finais	2.306.400	0	0	-836.708	0	1.469.692

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.019	0	-20.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.019	0	-20.019
5.07	Saldos Finais	1.727.500	493.200	0	-754.184	0	1.466.516

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	235.237	141.257
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	127.718	104.854
7.01.02	Outras Receitas	525	16
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	106.994	36.387
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-150.990	-64.134
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.996	-27.747
7.02.04	Outros	-106.994	-36.387
7.02.04.01	Custos de construção	-106.994	-36.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	84.247	77.123
7.04	Retenções	-40.202	-31.055
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.202	-31.055
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	44.045	46.068
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.795	2.139
7.06.02	Receitas Financeiras	4.795	2.139
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.840	48.207
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.840	48.207
7.08.01	Pessoal	12.692	10.869
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.994	8.260
7.08.01.02	Benefícios	1.079	2.021
7.08.01.03	F.G.T.S.	545	556
7.08.01.04	Outros	1.074	32
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.580	2.427
7.08.02.01	Federais	-1.584	-5.843
7.08.02.02	Estaduais	3.831	3.146
7.08.02.03	Municipais	6.333	5.124
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.714	54.930
7.08.03.01	Juros	59.132	51.222
7.08.03.02	Aluguéis	265	1.376
7.08.03.03	Outras	2.317	2.332
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-34.146	-20.019
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-34.146	-20.019

RELEASE de



RE SUL TA DOS

1º TRIMESTRE
2022

Divulgação Imediata

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

AUMENTO DE 13,4% NOS VEPs* DO 1T22 COMPARADO AO 1T21

**VEPs => Veículos equivalentes pagantes*

No 1º trimestre do ano a CART registrou 13,9 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 13,4% na comparação com o mesmo período de 2021. A performance de veículos pesados representa cerca de 70,4% do tráfego e apresentou aumento 12,1%. Em veículos leves o aumento foi de 16,6% comparado ao 1T21. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, vacinação da COVID-19 em todo o país.

AUMENTO DE 21,7% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 1T22 COMPARADA AO 1T21

** Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção*

O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior)

AUMENTO DE 7,9% NO EBITDA AJUSTADO DO 1T22 COMPARADO AO 1T21

O aumento no EBITDA do 1T22 está relacionada ao aumento de 21,7% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores), bem como a piora no resultado financeiro devido a altas nos índices macroeconômicos.

AUMENTO DE 10,2% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 1T22 COMPARADO AO 1T21

A piora no resultado financeiro está relacionado ao aumento nos índices macroeconômicos do período.

O RESULTADO DO 1T22 FICOU NEGATIVO EM R\$ 34 MILHÕES

Em comparação com o 1T21, o prejuízo do 1T22 aumentou conforme evidenciado nos quadros anteriores.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

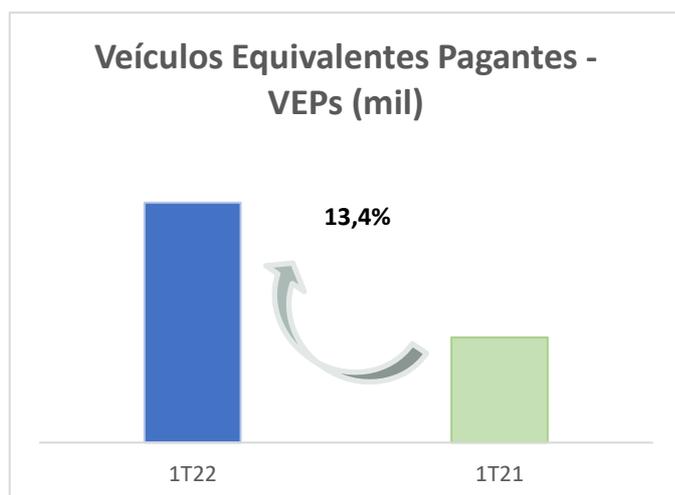
Desempenho Operacional (Mil)	4T22	4T21	
VEPs¹	13.936	12.288	13,41%
Veículos Leves	4.129	3.540	16,64%
Veículos Pesados	9.807	8.748	12,10%
Tráfego²	6.511	5.670	14,82%
Veículos Leves	4.176	3.586	16,47%
Veículos Pesados	2.212	1.980	11,71%
Veículos Isentos	123	105	17,16%
Tarifa Média (R\$)	8,82	8,20	7,58%

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Mar/22 sobre Jan/Mar/21): Brasil	11,1	0,6	8,2

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

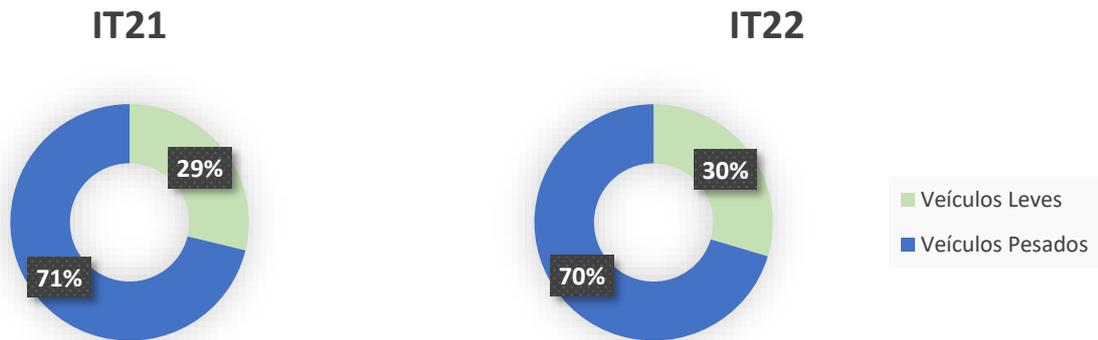
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 8,2% no fluxo total de veículos no ano comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a circulação de 11,1% em veículos leves e 0,6% em veículos pesados.



Em consequência da campanha de vacinação e a diminuição no número de casos, a Companhia quantificou uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes – VEP comparando os trimestres (1T22 vs 1T21), na ordem de 13,4%. A performance de veículos pesados representa cerca de 70,4% do tráfego e apresentou aumento de 12,1%. Em veículos leves o aumento foi de 16,6% comparado ao 1T21.

Comentário do Desempenho

Veículos Leves e Veículos Pesados



DESEMPENHO OPERACIONAL

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	1T22	1T21	▲
Receita			
Receitas com Pedágio	122.952	100.760	22,0%
Receitas Acessórias	4.768	4.094	16,5%
Receita Bruta	127.720	104.854	21,8%
Deduções da Receita Bruta	(10.997)	(8.951)	22,9%
Receita de Construção (IFRS)	106.994	36.387	194,0%
Receita Líquida Ajustada¹	116.723	95.903	21,7%

A Receita Líquida Ajustada do 1T22 apresentou uma variação positiva de 21,7% frente ao 1T21. Nas receitas com Pedágio, este aumento é explicado pelo reajuste tarifário de 8,06% em referência ao 1T21, além da recuperação no tráfego entre leves e pesados de 13,4% frente ao 1T21.

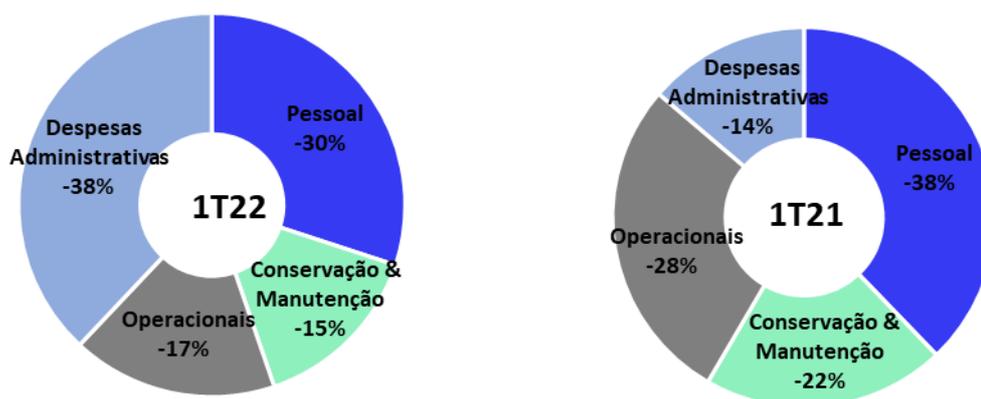
Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	1T22	1T21	Δ
Pessoal	(14.930)	(12.748)	17,1%
Conservação & Manutenção	(7.300)	(6.912)	5,6%
Operacionais	(8.555)	(9.391)	-8,9%
Despesas Administrativas	(18.872)	(4.621)	308,4%
Custos & Despesas Administráveis	(49.657)	(33.672)	47,5%
Outorga Variável	(3.831)	(3.416)	12,1%
Depreciação & Amortização	(40.202)	(31.055)	29,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(93.691)	(67.873)	38,0%
Custo de Construção (IFRS)	(106.994)	(36.387)	193,9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(9.533)	(8.184)	16,5%
Custos & Despesas Operacionais	(210.219)	(112.444)	86,9%

O aumento em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da mudança no controle acionário e internalização de atividades, antes terceirizadas, mesmo motivo pelos quais ocorreram variações nos agrupamentos de conservação e manutenção. As despesas administrativas têm aumento grande comparado ao trimestre anterior devido as regularizações de apontamentos junto ao poder concedente. Os custos operacionais aumentaram em decorrência da retomada do tráfego na rodovia. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

Composição dos Custos e Despesas



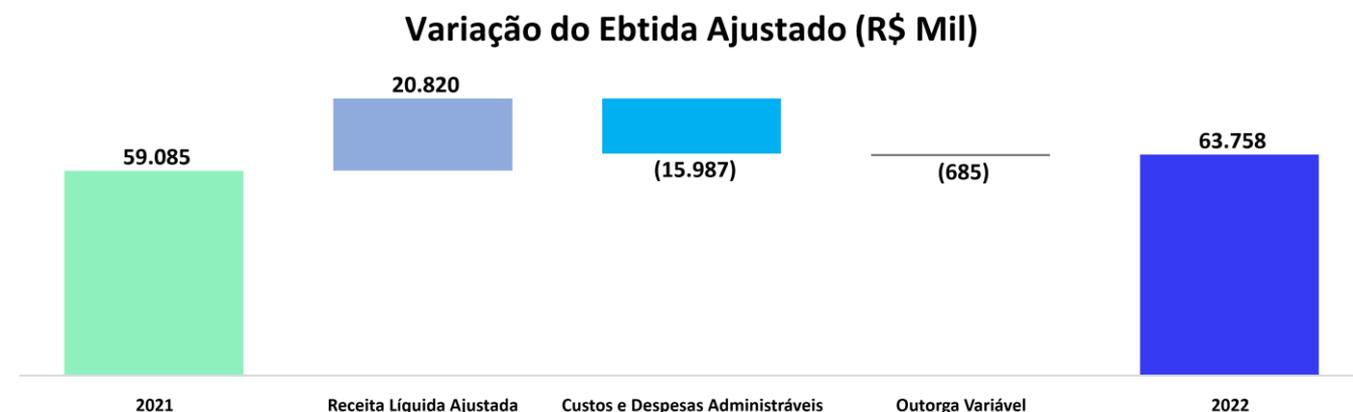
Comentário do Desempenho

EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	1T22	1T21	
Prejuízo Líquido	(34.146)	(20.019)	70,6%
Resultado Financeiro Líquido	56.654	51.415	10,2%
IRPJ & CSLL	(8.485)	(11.550)	-26,5%
Depreciação e Amortização	40.202	31.055	29,5%
EBITDA ICVM 527	54.225	50.901	6,5%
Margem EBITDA	23,1%	36,0%	-12,9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	9.533	8.184	16,5%
EBITDA Ajustado¹	63.758	59.085	7,9%
Margem EBITDA Ajustada¹	54,6%	61,6%	-7,0 %

O EBITDA Ajustado do 1T22 foi de R\$ 63,8 milhões, aumento de 7,9% comparado ao mesmo período de 2021. Este aumento é explicado pela melhora no tráfego da rodovia no período e pelo aumento tarifário em julho/22.

RESULTADO FINANCEIRO



Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T22	1T21	
Resultado Financeiro	(56.654)	(51.415)	10,2%
Receitas Financeiras	4.795	2.139	124,2%
Juros sobre aplicações financeiras	4.646	2.093	122,0%
Outros	149	46	223,9%
Despesas Financeiras	(61.449)	(53.554)	14,7%
Comissões e despesas bancárias	(202)	(171)	18,1%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	-	(9.156)	-100,0%
Variação monetária passiva	(36.770)	(27.502)	33,7%
Juros sobre debêntures	(22.362)	(14.565)	53,5%

Comentário do Desempenho

Outros	(2.115)	(2.160)	-2,1%
--------	---------	---------	-------

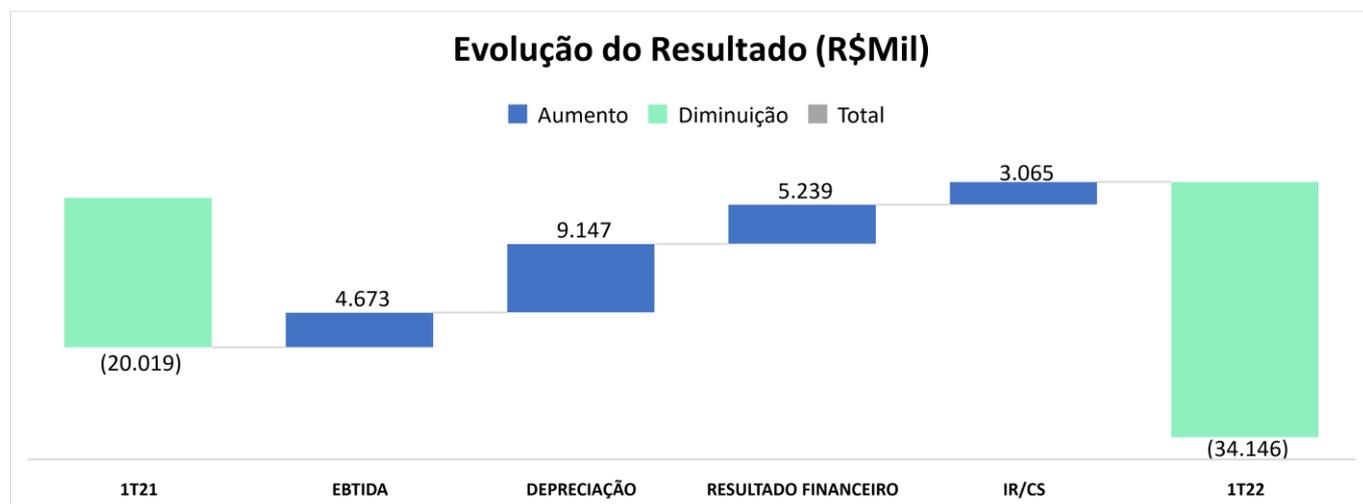
Inflação e Juros	1T22	1T21	Δ
IPCA Últimos 12 meses	7,89%	6,10%	1,8%
CDI do Período	12,65%	0,48%	12,2%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	1,02%	2,21%	-1,2%

O Resultado Financeiro Líquido teve um incremento de 10,2% no 1T22 comparado ao 1T21, principalmente por conta do aumento dos índices macroeconômicos.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T22	1T21	Δ
Prejuízo do período	(34.146)	(20.019)	70,6%

O resultado do 1T22 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 34 milhões, pior quando comparado ao resultado do 1T21, explicado principalmente pelo aumento dos índices macroeconômicos.



Comentário do Desempenho

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$)	1T22	1T21	Δ
Dívida Bruta	(1.313.896)	(1.318.809)	-0,37%
Curto Prazo	(93.924)	(239.546)	-60,79%
Empréstimos e Financiamentos	-	(95.002)	-100,00%
Debêntures	(93.924)	(144.544)	-35,02%
Longo Prazo	(1.219.972)	(1.079.263)	13,04%
Empréstimos e Financiamentos	-	(199.834)	
Debêntures	(1.219.972)	(879.429)	38,72%
Disponibilidades	151.685	386.465	-60,75%
Caixa e equivalentes de caixa	86.688	297.179	-70,83%
Aplicações Financeiras Vinculadas	64.997	89.286	-27,20%
Dívida Líquida Ajustada	(1.162.211)	(932.344)	24,65%

No 1T22, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1.162 milhões, representando um aumento em comparação ao mesmo período do Trimestre anterior em função do fluxo de amortização da dívida. Assim como o impacto no caixa do custo da segunda intervenção do pavimento da Rodovia.

Principais Investimentos

Investimentos (R\$ mil)	1T22	1T21	Δ	2022	2021	Δ
Investimento Total	121.652	37.098	143,51%	90.336	37.098	143,51%
Imobilizado	8.506	656	1132,01%	8.506	656	1132,01%
Intangível	113.146	36.442	125,71%	82.254	36.442	125,71%
Direito de Concessão (Investimento)	113.146	36.442	125,71%	82.254	36.442	125,71%

No 1T22 foram investidos R\$ 82 milhões destinados principalmente a segunda intervenção de pavimento previsto da concessionária, às revitalizações viárias, além dos equipamentos primarizados.

Comentário do Desempenho

SOBRE A COMPANHIA

A CART



O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru

e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	IT22	IT21	
Receita operacional líquida	223.717	132.290	69,1%
Custo dos serviços prestados	(183.198)	(101.220)	81,0%
RESULTADO BRUTO	40.519	31.070	30,4%
Gerais e administrativas	(27.021)	(11.239)	140,4%
Outras receitas operacionais	525	16	3.181%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	14.023	19.847	-29,3%
Receitas financeiras	4.795	2.139	124,2%
Despesas financeiras	(61.449)	(53.554)	14,7%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(42.631)	(31.568)	35%
Diferido	8.485	11.550	-26,5%
PREJUÍZO DO PERÍODO	(34.146)	(20.019)	70,6%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	31/03/2022	31/12/2021	Passivo (R\$ Mil)	31/03/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	86.688	231.268	Fornecedores	80.171	46.051
Aplicações Financeiras Vinculadas	64.997	8.658	Debêntures	93.924	70.078
Contas a receber	28.158	29.677	Obrigações Fiscais	6.165	5.074
Estoques	28.340	5.318	Obrigações Trabalhistas	10.899	8.314
Tributos a recuperar	5.651	4.748	Obrigações para Direito de Concessão	1.355	1.377
Despesas Antecipadas	31.715	10.147	Passivos com Partes relacionadas	303	217
Total do Circulante	245.549	289.816	Receita Acessória Antecipada	7.445	8.647
Ativo não Circulante			Passivo de arrendamento	2.861	2.484
Tributos diferidos	409.244	400.759	Provisão para manutenção	78.536	97.759
Depósitos judiciais	16.146	17.049	Outros	51	566
Outros Ativos Não Circulantes	9	9	Total do Circulante	281.711	240.568
Imobilizado	42.468	36.241	Passivo Não Circulante		
Infraestrutura em andamento	85.613	78.049	Passivo de arrendamento	3.921	3.973
Intangível	2.325.118	2.248.802	Debêntures	1.219.972	1.182.748
Total do Não Circulante	2.878.598	2.780.909	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	96.603	86.072
			Receita Acessória Antecipada	34.178	36.014
			Provisões para manutenção	18.069	17.513
			Total do Não Circulante	1.372.744	1.326.321
			TOTAL DO PASSIVO	1.654.455	1.566.889
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social Realizado	2.306.400	2.306.400
			Prejuízos Acumulados	(836.708)	(802.562)
			Total do Patrimônio Líquido	1.469.692	1.503.838
TOTAL DO ATIVO	3.124.147	3.070.725	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.124.147	3.070.725

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) abaixo designados declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

Rene Pinto da Silva
Presidente

Gilson De Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Rodrigo Lavorini
Contador CRC 1SP241985

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo

Notas Explicativas

não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Report* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Trimestrais - ITR.

2.2. Bases de apresentação

Estas Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2021 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das Informações contábeis intermediárias foram autorizadas e aprovadas pela Administração em 16 de maio de 2022.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas informações contábeis intermediárias.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);

Notas Explicativas

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65 - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66;
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	4.087	4.736
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	82.601	226.532
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>86.688</u>	<u>231.268</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2022, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

b) Aplicações financeiras vinculadas

	<u>Taxa</u> <u>Média</u>	<u>Indexador</u>	31/03/2022	31/12/2021
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	64.997	8.658

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. Em 31 de março

Notas Explicativas

de 2022, são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 100% a.a. do CDI (em 31 de dezembro de 2021, a taxa de 99,50%a.a. do CDI).

A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

4. CONTAS A RECEBER

	31/03/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico a receber (*)	22.606	25.449
Vale pedágio	1.765	1.387
Locação de fibra óptica	703	687
Outros	3.084	2.154
Total	28.158	29.677

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária..

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar

	31/03/2022	31/12/2021
IRRF sobre aplicações financeiras	5.478	4.579
Outros	173	169
Total circulante	5.651	4.748

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Ativos/ Passivos		Resultado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021
Prejuízo fiscal – IR	309.891	299.660	10.231	5.970
Base negativa – CS	111.915	108.232	3.683	2.149
Provisão para manutenção	32.842	39.189	(6.347)	2.779
Provisão para contingências	9.914	7.554	2.360	9
Outras diferenças temporárias	3.003	3.126	(123)	1.939
Total do ativo fiscal diferido	467.565	457.761	9.804	12.846
Amortização de direito de concessão	(40.568)	(39.988)	(580)	(580)
Custo de Captação	(8.734)	(8.124)	(610)	(610)
Margem de construção	(7.390)	(7.284)	(106)	(106)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.629)	(1.606)	(23)	-
Total do passivo fiscal diferido	(58.321)	(57.002)	(1.319)	(1.296)
	409.244	400.759	8.485	11.550

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de março de 2022
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	299.660	10.231	-	10.231	309.891
Base negativa - CS	108.232	3.683	-	3.683	111.915
Provisão para manutenção	39.189	-	(6.347)	(6.347)	32.842
Provisão para contingências	7.554	2.360	-	2.360	9.914
Outras diferenças temporárias	3.126	-	(123)	(123)	3.003
Total do ativo fiscal diferido	457.761	16.274	(6.470)	9.804	467.565
Amortização de direito de concessão	(39.988)	-	(580)	(580)	(40.568)
Custo de Captação	(8.124)	-	(610)	(610)	(8.734)
Margem de construção	(7.284)	-	(106)	(106)	(7.390)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	-	(23)	(23)	(1.629)
Total do passivo fiscal diferido	(57.002)	-	(1.319)	(1.319)	(58.321)
	400.759	16.274	(7.789)	8.485	409.244

Notas Explicativas

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	263.803	35.857	-	35.857	299.660
Base negativa - CS	95.247	12.985	-	12.985	108.232
Provisão para manutenção	56.432	-	(17.243)	(17.243)	39.189
Provisão para contingências	5.642	1.046	-	1.046	6.688
Atualização depósitos judiciais	-	866	-	866	866
Outras diferenças temporárias	8.829	-	(5.703)	(5.703)	3.126
Total do ativo fiscal diferido	42	50.754	(22.946)	27.808	457.761
	9.953				
Amortização de direito de concessão	(42.307)	-	2.319	2.319	(39.988)
Custo de Captação	(9.088)	-	964	964	(8.124)
Margem de construção	(7.706)	-	422	422	(7.284)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.698)	-	92	92	(1.606)
Total do passivo fiscal diferido	(60.799)	-	3.797	3.797	(57.002)
Total	369.154	50.754	(19.149)	31.605	400.759

Em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 11.550, de imposto fiscal diferido.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2022</u>
2023 a 2024	27.281
2025 a 2026	39.050
2027 a 2028	52.096
2029 a 2031	119.750
2032 à 2035	229.388
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>467.565</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(58.321)</u>
	<u>409.244</u>

b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(42.631)	(31.568)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	14.495	10.733
Adições permanentes	(6.208)	(503)
Exclusões Permanentes	198	1.320
Imposto de renda e contribuição social resultado	<u>8.485</u>	<u>11.550</u>
Impostos diferidos	8.485	11.550
Total dos impostos diferidos	<u>8.485</u>	<u>11.550</u>
Alíquota Efetiva	20%	37%

6. PARTES RELACIONADASCotntrolador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI e controladora final o Pátria III - Fundo de Investimento em Participações.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações contábeis intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com

Notas Explicativas

que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

31/03/2022					31/03/2022
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	3	(460)
Entrevias Concessionária de Rodovias.	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	3	(702)
IBH I Serviços e Participações	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	297	(795)
Total			-	303	(1.957)

31/12/2021					31/03/2021
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo	Passivo	Resultado
			Circulante	Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias (i)	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	2	(280)
Entrevias Concessionária de Rodovias (i)	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	4	(490)
IBH I Serviços e Participações (i)	Prestação de serviço	Coligada		211	-
Total			-	217	(770)

(i) Partes relacionadas do atual controlador da Companhia.

- (a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 6.000 (idêntico em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Notas Explicativas

Composição	31/03/2022	31/03/2021
Pró-labore	1.576	500
Bônus variáveis	596	-
Encargos	357	146
Outros benefícios	5	17
Total	2.534	664

7. ESTOQUE

Composição	31/03/2022	31/12/2021
Material para Pavimentação	22.725	60
Elementos de Proteção e Segurança	1.605	972
Material de Sinalização	3.858	4.127
Outros	151	159
Total	28.340	5.318

O aumento na rubrica de estoque é oriundo da importação de CAP (cimento asfáltico de petróleo) utilizado no pavimento da Companhia, com o objetivo de equilibrar o custo do investimento.

8. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos	31/12/2021	Adições	Baixas	31/03/2022
Custo					
Instalações	25	167	-	-	167
Máquinas e equipamentos	6	16.310	2.316	-	18.626
Móveis e utensílios	6	4.353	66	-	4.419
Veículos	5	26.334	2.939	-	29.273
Equipamentos de informática	7	45.603	1.931	(176)	47.358
Ferramentas e aparelhos	9	473	1.255	-	1.728
		93.241	8.507	(176)	101.572
Depreciação acumulada					
Instalações		(65)	(2)	-	(67)
Máquinas e equipamentos		(6.684)	(324)	6	(7.002)
Móveis e utensílios		(3.952)	(22)	-	(3.974)
Veículos		(5.408)	(1.522)	1	(6.929)
Equipamentos de informática		(40.560)	(313)	102	(40.770)
Ferramentas e aparelhos		(331)	(26)	-	(357)
		(57.000)	(2.209)	109	(59.104)
Imobilizado líquido		36.241	6.298	(67)	42.468

Notas Explicativas

	Vida útil média em anos	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2021
Custo						
Instalações	25	167	-	-	-	167
Máquinas e equipamentos	6	7.337	8.563	-	410	16.310
Móveis e utensílios	6	4.251	102	-	-	4.353
Veículos	5	4.089	22.390	(145)	-	26.334
Equipamentos de informática	7	43.569	2.151	(117)	-	45.603
Ferramentas e aparelhos	9	331	143	-	-	474
		<u>59.744</u>	<u>33.349</u>	<u>(262)</u>	<u>410</u>	<u>93.241</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(58)	(7)	-	-	(65)
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(399)	-	-	(6.684)
Móveis e utensílios		(3.883)	(69)	-	-	(3.952)
Veículos		(3.472)	(1.983)	47	-	(5.408)
Equipamentos de informática		(39.550)	(1.010)	-	-	(40.560)
Ferramentas e aparelhos		(326)	(5)	-	-	(331)
		<u>(53.574)</u>	<u>(3.473)</u>	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>(57.000)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.170</u>	<u>29.876</u>	<u>(215)</u>	<u>410</u>	<u>36.241</u>

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

9. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM ANDAMENTO

	Vida útil em anos	31/12/2021	Adições	31/03/2022
Custo				
Software	5	12.643	416	13.059
Marcas e patentes	10	20	-	20
Direito de concessão	(**)	2.574.728	113.146	2.687.874
Outorga fixa	(**)	634.000	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		6.597	752	7.348
		<u>3.227.988</u>	<u>114.314</u>	<u>3.342.302</u>
Amortização				
Software		(11.096)	(75)	(11.171)
Marcas e patentes		(20)	-	(20)
Direito de concessão		(697.536)	(32.057)	(729.593)
Outorga fixa		(269.765)	(5.283)	(275.048)
Direito de uso - IFRS 16		(769)	(582)	(1.351)
Amortização acumulada		<u>(979.186)</u>	<u>(37.997)</u>	<u>(1.017.184)</u>
Intangível líquido		<u>2.248.802</u>	<u>76.317</u>	<u>2.325.118</u>
Obras em andamento		78.049	7.564	85.613

Notas Explicativas

	Vida útil em anos	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2021
Custo						
Software	5	12.426	217	-	-	12.643
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.354.060	131.984	(328)	102.728	2.588.443
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		-	6.597	-	-	6.597
Custo acumulado		3.000.506	138.798	(328)	102.728	3.241.703
Amortização						
Software		(10.525)	(571)	-	-	(11.096)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(106.420)	23	-	(711.251)
Outorga fixa		(248.632)	(21.133)	-	-	(269.765)
Direito de uso - IFRS 16		-	(769)	-	-	(769)
Amortização acumulada		(864.031)	(128.893)	23	-	(992.901)
Saldo intangível líquido		2.136.475	9.905	(305)	102.728	2.248.802
Infraestrutura em andamento (***)		166.995	14.192	-	(103.138)	78.049

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em andamento para o intangível e imobilizado para melhor classificação contábil.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificassem o teste para 31 de março de 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 4,15% em 2022, 3,25% em 2023 e 3% de 2024 até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (Capital Asset

Notas Explicativas

Pricing Model), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos. O correspondente custo médio anual ponderado de capital após impostos é de 12,6% em 31 de dezembro de 2021.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

10. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS

a) Fornecedores

	31/03/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	49.574	25.783
Fornecedores provisão	30.597	20.268
Total	<u>80.171</u>	<u>46.051</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 22.

b) Adiantamentos

Composição	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	31.249	9.891
Adiantamento trabalhista	466	256
Total	<u>31.715</u>	<u>10.147</u>

O aumento da conta de adiantamento a fornecedores no primeiro trimestre de 2022 é devido a antecipação para aquisição do CAP (cimento asfáltico de petróleo).

11. IMPOSTOS A RECOLHER

	31/03/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	1.654	1.930
ISS	3.886	2.756
IRRF e CSRF	128	184
INSS sobre terceiros	496	204
Total circulante	<u>6.165</u>	<u>5.074</u>

Notas Explicativas**12. DEBÊNTURES**

	31/12/2021	Custo de captação amortizado	Provisão juros	Varição monetária	Transferências	31/03/2022
Passivo circulante						
Debêntures	77.830	-	22.362	1.484	-	101.676
Custos a amortizar	(7.752)	1.938	-	-	(1.938)	(7.752)
Total	70.078	1.938	22.362	1.484	(1.938)	93.924
Passivo não circulante						
Debêntures	1.265.072	-	-	35.287	-	1.300.359
Custos a amortizar	(82.324)	-	-	-	1.938	(80.386)
Total	1.182.748	-	-	35.287	1.938	1.219.972
Total geral	1.252.826	1.938	22.362	36.771	-	1.313.897
Circulante	70.078					93.924
Não circulante	1.182.748					1.219.972

	31/12/2020	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento		Arrolagem da dívida	Provisão juros	Varição monetária	Transferências	31/12/2021
				Principal	juros					
Passivo circulante										
Debêntures	135.277	2.625	-	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	757.732	77.830
Custos a amortizar	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	-	(7.477)	(7.752)
Total	127.210	2.625	7.792	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	750.255	70.078
Passivo não circulante										
Debêntures	875.925	1.047.375	-	-	-	-	-	99.504	(757.732)	1.265.072
Custos a amortizar	(18.663)	-	(71.138)	-	-	-	-	-	7.477	(82.324)
Total	857.262	1.047.375	(71.138)	-	-	-	-	99.504	(750.255)	1.182.748
Total geral	984.472	1.050.000	(63.346)	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	109.960	-	1.252.826
Circulante	127.210									70.078
Não circulante	857.262									1.182.748

Em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 37.512, de provisão de juros e atualização monetária.

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/03/2022
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	216.795
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	49.335
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.357.904
(-) Custos de transação - Debêntures				(88.138)
Total				1.313.896
Parcelas do circulante				93.924
Parcelas do não circulante				1.219.972

Notas Explicativas

Objeto	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2021</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533
(-) Custos de transação - Debêntures				(90.076)
Total				<u>1.252.826</u>
Parcelas do circulante				70.078
Parcelas do não circulante				1.182.748
<u>Vencimento longo prazo</u>				
2023				81.145
2024				120.437
2025				5.170
2026				5.196
2027				15.666
2028 em diante				992.359
Total longo prazo				<u><u>1.219.972</u></u>

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2022 é de R\$ 4.955 (R\$ 5.033 em 31 de dezembro de 2021).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Debêntures - 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Notas Explicativas

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2022 é de R\$ 81.350 (R\$ 85.033 em 31 de dezembro de 2021).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

13. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes

Notas Explicativas

compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2022 é de R\$ 1.355 (R\$ 1.377 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o primeiro trimestre de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.831 (R\$ 3.146 comparado ao mesmo período do ano anterior) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 46.427. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 163.709. Vigência de 12 meses.

Notas Explicativas**14. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	31/03/2022		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	14.578	15.699	30.277
Cíveis	9.945	24.331	34.276
Tributária	-	902	902
Procedimentos Arbitrais (*)	71.758	37.152	108.910
Ambiental	322	6.477	6.799
Total	96.603	84.561	181.164

Natureza do risco	31/12/2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	12.427	17.287	29.714
Cíveis	6.983	25.211	32.194
Tributária	-	906	906
Procedimentos Arbitrais	66.401	34.378	100.779
Ambiental	261	6.090	6.351
Total	86.072	83.872	169.944

(*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês.

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/03/2022
Trabalhistas	12.427	315	-	1.836	14.578
Cíveis e ambientais	7.244	2.256	(167)	933	10.266
Procedimentos Arbitrais	66.401	-	-	5.357	71.758
Total	86.072	2.571	(167)	8.127	96.603

Notas Explicativas

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2021
Trabalhistas	9.210	5.908	(7.000)	4.309	12.427
Cíveis e ambientais	7.384	5.669	(8.802)	2.993	7.244
Procedimentos Arbitrais	66.260	-	-	141	66.401
Total	82.854	11.577	(15.802)	7.443	86.072

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29 de março de 2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 71.758 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 37.152 como possível e R\$ 108.910, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas

Notas Explicativas

existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de março de 2022.

d) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2022	2021
Trabalhistas	2.177	3.398
Cíveis	9.087	8.884
Tributária	869	849
Ambiental	33	32
Regulatório	3.980	3.886
Total	16.146	17.049

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de março de 2022, o montante é de R\$ 2.177 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.398).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de março de 2022 o montante é de R\$ 9.087 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 8.884).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de março de 2022 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 869 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 849), ambiental no montante de R\$ 33 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 32) e regulatória no montante de R\$ 3.980 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.886).

15. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	7.445	8.647
Não circulante	34.178	36.014
Total receita diferida	41.624	44.662

Notas Explicativas**16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO**

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 são:

Provisão para Manutenção	31/12/2021	Adições	AVP (**)	Consumo	Transferências	31/03/2022
Passivo circulante	97.759	-	-	(25.246)	6.023	78.536
Passivo não circulante	17.513	9.533	(2.953)	-	(6.023)	18.069
Total	115.272	9.533	(2.953)	(25.246)	-	96.605

Provisão para manutenção	31/03/2020	Adições	AVP (**)	Consumo	Transferências (*)	31/12/2021
Passivo circulante	-	-	-	(79.130)	176.889	97.759
Passivo não circulante	165.977	35.126	(6.701)	-	(176.889)	17.513
Total	165.977	35.126	(6.701)	(79.130)	-	115.272

(*) Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação reconhecida no passivo não circulante para o passivo circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

(**) Trata-se do ajuste a valor presente.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial	6.457	-
Adições	752	6.597
Juros provisionados	154	244
Pagamento de juros	(154)	(244)
Pagamento de principal	(427)	(140)
Total	6.782	6.457
Passivo circulante	2.861	2.484
Passivo não circulante	3.921	3.973

Notas Explicativas

Para os contratos reconhecidos no primeiro trimestre de 2022, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2022 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.306.400 (R\$ R\$ 2.306.400 em 31 de dezembro de 2021), representados por 11.457.259.323 ações (11.457.259.323 ações em 31 de dezembro de 2021), sendo 5.728.629.661 ações preferenciais e 5.728.629.662 ações ordinárias (5.728.629.661 ações preferenciais e 5.728.629.662 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

19. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de março de 2022 e 2021 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	31/03/2022	31/03/2021
	<hr/>	<hr/>
Receita de pedágio	122.952	100.760
Receitas acessórias	4.768	4.094
Impostos, deduções e cancelamentos	(10.997)	(8.951)
Receita líquida de serviços	<hr/> 116.723	<hr/> 95.903
Receita de construção	106.994	36.387
Receita total	<hr/> <hr/> 223.717	<hr/> <hr/> 132.290

Notas Explicativas

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	127.720	104.854
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	3.833	3.146
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	830	682
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	6.334	5.123
Deduções da receita	<u>10.997</u>	<u>8.951</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Pessoal	(14.931)	(12.748)
Conservação e manutenção	(7.300)	(6.912)
Despesas administrativas	(18.876)	(4.621)
Operacionais	(8.555)	(9.407)
Outorga variável	(3.831)	(3.146)
Custo de construção de obra	(106.994)	(36.387)
Provisão de manutenção	(9.533)	(8.184)
Depreciação e amortização	(40.202)	(31.055)
Outras receitas operacionais	525	16
	<u>(209.694)</u>	<u>(112.444)</u>
Custo de serviços prestados	(183.198)	(101.220)
Despesas gerais e administrativas	(27.021)	(11.239)
Outras receitas operacionais	525	16
	<u>(209.694)</u>	<u>(112.444)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	4.646	2.093
Outros	149	46
Total receitas financeiras	<u>4.795</u>	<u>2.139</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(202)	(171)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(9.156)
Variação monetária passiva	(36.770)	(27.502)
Juros sobre debêntures	(22.362)	(14.565)
Outros	(2.115)	(2.160)
Total despesas financeiras	<u>(61.449)</u>	<u>(53.554)</u>
Total resultado financeiro	<u>(56.654)</u>	<u>(51.415)</u>

Notas Explicativas

22. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Numerador básico		
Resultado do período	(34.146)	(20.019)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>8.256.556</u>	<u>8.188.485</u>
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	<u>(0,004)</u>	<u>(0,002)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores para o período findos em 31 de março de 2022, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de março de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava

Notas Explicativas

saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o primeiro trimestre de 2022, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Nível
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	86.688		-	231.268	
Aplicações financeiras	-	64.997		-	8.658	
Depósitos judiciais	-	16.146		-	17.049	
Contas a receber	-	28.158		-	29.677	
Total do ativo	-	195.989		-	286.652	
Passivos						
Fornecedores	-	80.171		-	46.051	
Partes relacionadas	-	303		-	217	
Debêntures	-	1.313.896		-	1.252.826	
Concessão de serviço público	-	1.355		-	1.377	
Passivo de arrendamento	-	6.782		-	6.457	
Total do passivo	-	1.402.508		-	1.306.928	

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão

Notas Explicativas

e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos, conforme demonstrados nas notas explicativas, correspondentes nº 12.

c) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída

Notas Explicativas

durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2022, a Companhia apresenta valores a receber de R\$ 28.158 (R\$ 29.677 em 31 de dezembro de 2021), sendo 80,2% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3.a, nº 3.b e nº 4, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

Dando sequência ao seu plano para fortalecer a estrutura de capital, que foi submetido e aprovado por seus debenturistas em assembleia realizada em 07 de junho de 2021, a CART realizou uma nova emissão de debêntures no valor de R\$ 1.050.000 (nota explicativa nº 11) e também recebeu recursos do seu controlador por aumento de capital social de R\$ 85.700.

Os recursos levantados foram utilizados para pagar sua dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que somava R\$ 283.056 em outubro de 2021, além de recomprar R\$ 838.553 de sua 2ª emissão, após 73,57% desses debenturistas aderirem à oferta de aquisição facultativa lançada em 23 de setembro, com um prêmio de 3,2% à 1ª série e de 5,4% à 2ª série. Como a 3ª emissão de debêntures, cujo vencimento se dará em dezembro de 2035, e considerando os R\$ 304.068 da 2ª emissão que permaneceram e vencerão em 2024, o prazo médio de vencimento das dívidas da CART saltou para cerca de nove anos. Isso proporcionará maior flexibilidade financeira, uma vez que seus fluxos de caixa serão suficientes para financiar seu programa de investimentos nas rodovias (cerca de R\$ 700.000 entre 2021 e 2023), e também para servir a sua dívida sem depender de novos aportes de capital de seu controlador, fortalecendo de sobremaneira sua estrutura de capital.

Em 31 de março de 2022 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 36.162 (positivo em R\$ 49.248 em 31 de dezembro de 2021) e apurou prejuízo no período de R\$ 34.146 (R\$ 20.019 em 31 de março de 2020). Durante o ano de 2021 a Companhia fortaleceu sua estrutura de capital mediante reestruturação de suas dívidas e consequente alongamento dos prazos de vencimento, adicionalmente a Companhia conta com os recursos de seu acionista para suportar qualquer necessidade de caixa imediata.

Notas Explicativas

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

31 de março de 2022	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 ano
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.313.897	2.531.649	218.439	2.313.210
Fornecedores	80.171	80.171	80.171	-
Partes relacionadas	303	303	303	-
Credor pela concessão	1.355	1.355	1.355	-
Passivo de arrendamento	6.782	9.465	2.861	6.604

31 de dezembro de 2021	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.252.826	1.863.826	179.705	1.684.121
Fornecedores	44.094	44.094	44.094	-
Partes relacionadas	217	217	217	-
Credor pela concessão	1.377	1.377	1.377	-
Passivo de arrendamento	6.457	9.465	2.868	6.597

f) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	11,65%	14,56%	17,48%	8,74%	5,83%
DI Passivo (% ao ano)	11,65%	14,56%	17,48%	8,74%	5,83%
IPCA Passivo (% ao ano)	7,89%	9,86%	11,84%	5,92%	3,95%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/03/2022.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de março de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Notas Explicativas

<i>Instrumentos</i>	<i>Consolidado</i>	<i>Exposição em</i> <i>31/03/2022</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>		<i>Valorização (R\$)</i>		<i>Desvalorização (R\$)</i>	
				<i>(Nível 1)</i>		<i>(Nível 2)</i>	<i>(Nível 3)</i>	<i>(Nível 2)</i>	<i>(Nível 3)</i>
				<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
<i>Ativos e passivos financeiros</i>									
Caixas e equivalentes de caixa	82.601	CDI	11,65%	9.623	12.029	14.435	7.217	4.812	
Aplicações financeiras vinculadas (*)	64.997	CDI	11,65%	7.572	9.465	11.358	5.679	3.786	
Debênture (**)	<u>(1.313.896)</u>	IPCA	7,89%	<u>(103.666)</u>	<u>(129.583)</u>	<u>155.500)</u>	<u>(77.750)</u>	<u>(51.833)</u>	
Total	<u><u>(1.166.299)</u></u>			<u><u>(86.471)</u></u>	<u><u>(108.089)</u></u>	<u><u>(129.707)</u></u>	<u><u>(64.853)</u></u>	<u><u>(43.236)</u></u>	
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					<u><u>(21.618)</u></u>	<u><u>(43.236)</u></u>	<u><u>21.618</u></u>	<u><u>43.236</u></u>	

(*) Registrado no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide notas explicativas nº 12)

(**) Inclui custos de transação a amortizar.

Notas Explicativas

O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

24. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de março de 2022, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	46.427	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(a)
Garantia funções operacionais	163.709	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(b)
Responsabilidade civil	61.269	06/07/2021	06/07/2022	AXA/XL	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
Riscos operacionais	249	06/10/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
D & O	30.000	20/07/2021	20/07/2022	Austral	-
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2021	07/07/2022	Sura	-
Garantia judicial execução fiscal	796	25/08/2021	13/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	3.980	25/08/2021	21/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	506	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	216	25/08/2021	17/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	620	25/08/2021	19/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	454	25/08/2021	28/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	613	28/09/2021	28/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	316	29/10/2021	29/10/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	317	04/11/2021	04/11/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	616	08/03/2021	08/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	342	26/03/2021	26/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	370	20/10/2021	20/10/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	148	25/10/2021	25/10/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	374	05/11/2021	05/11/2024	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	943	02/12/2021	02/12/2026	Pottencial	-

Notas Explicativas

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de abril de 2022, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 7.500.

René Silva
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Daniel Lavorini
Contador
CRC 1SP241985/O-5

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

A revisão das informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão datado em 10 de maio de 2021 sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 16 de maio de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao período findo em 31 de março de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis relativo ao período findo em 31 de março de 2022.